



**4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016**

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

**O ESTAGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E SUA CENTRALIDADE NA PRÁXIS
PROFISSIONAL¹**

**Maicow Lucas Santos Walhers²
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira³**

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo trazer para a reflexão a centralidade do Estágio Supervisionado na formação profissional em Serviço Social diante do caráter interventivo da profissão, principalmente a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 e do Código de Ética de 1993, que coloca um novo patamar para a formação e o exercício profissional em defesa da qualidade, contraditoriamente, em momento histórico onde se verifica o agravamento da questão social, trazendo diversos rebatimentos para a educação diante dos desmontes das políticas sociais, o sucateamento do ensino e a privatização das políticas públicas a partir do ideário neoliberal.

Palavras-chave: Formação profissional. Diretrizes curriculares. Estágio supervisionado. Práxis profissional.

**THE SUPERVISED INTERNSHIP IN SOCIAL WORK AND YOUR CENTRALITY IN
PROFESSIONAL PRACTICE**

Abstract

This work aims to bring to reflect the centrality of supervised training in vocational training in social work before the interventionist character of the profession, especially from the Curriculum Guidelines 1996 and the 1993 Code of Ethics, which sets a new level for training and professional practice in defense of quality, contradictorily, in historic moment where there is a worsening of the social question, bringing many repercussions for education before the takedowns of social policies, education scrapping and privatization of public policies from the neoliberal ideology.

Keywords: Professional qualification. Curriculum Guidelines. Supervised internship. Professional practice.

Práxis Profissional e a importância do Estágio Supervisionado na Formação Profissional na contemporaneidade

A centralidade do Estágio Supervisionado na formação profissional é um debate muito recente na categoria profissional, tendo início principalmente a partir da necessidade de criação de parâmetros para a formação profissional diante das profundas

¹ Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Franca/SP, como requisito para obtenção de nota na disciplina intitulada: “Formação Profissional em Serviço Social: elementos constitutivos” ministrada pela Prof^ª Dr^ª Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.

² Assistente Social. Especialista em Gestão de organização pública de saúde pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil(2014). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Cássia (MG), Brasil.

³ Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil. Professora Adjunta Livre Docente da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Brasil.

transformações societárias vivenciadas nas últimas décadas no mundo do trabalho diante da reestruturação produtiva posto em curso a partir do estágio de desenvolvimento com o capitalismo monopolista na década de 1930 e as diversas crises do capital, culminando a partir de 1980, com um Serviço Social reconceituado, marcando um novo compromisso político frente aos tempos modernos.

Transformações estas, que irão culminar na década de 1990 com a construção coletiva pela categoria profissional fortemente articulada no projeto ético-político profissional que marca o compromisso da categoria com a classe trabalhadora e com uma nova ordem societária mais justa e igualitária. É a partir desse salto qualitativo da categoria na busca de ruptura com o conservadorismo da profissão, que o Serviço Social a partir do Movimento de Reconceituação volta o debate em torno do perfil de profissional que se pretende formar em consonância com o avanço consolidado nestas décadas e principalmente diante do Serviço Social ser considerado uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo, que a partir de uma visão radical desta realidade procura intervir nas expressões da questão social, buscando o fortalecimento da luta da classe trabalhadora através da garantia dos direitos sociais e dos princípios materializados no Código de Ética profissional de 1993, na qualidade dos serviços prestados através do compromisso e da competência profissional.

Oriundo desse processo de Reconceituação da profissão temos diversos movimentos de organização e debate da categoria em defesa da formação profissional de qualidade, principalmente a partir das Diretrizes Curriculares de 1996. Esse desafio, se intensifica na atualidade diante da atual fase de desenvolvimento das forças produtiva, onde verifica-se o desmonte do Estado e das políticas sociais e públicas a partir do ideário neoliberal, que tem intensificado o papel do mercado enquanto esfera reguladora das relações sociais, aliado a um processo de precarização das relações de trabalho. Estas mudanças vivenciadas no mundo do trabalho se particulariza na contrarreforma do Estado e suas propostas para a educação, que se encontra cada vez mais mercantilizada, sucateada e pulverizada.

[...] o tema do estágio supervisionado não é novo na discussão sobre a formação profissional do Serviço Social brasileiro. Entretanto, no contexto de mercantilização da educação e contrarreformas do ensino superior, este debate ganha nuances e desafios que demandam novas respostas da categoria para a garantia da qualidade e dos compromissos profissionais com uma formação e intervenção críticas. (SANTOS, 2013, p. 81).

Devido ao caráter interventivo do Serviço Social, que desde a sua gênese encontra sua função social a partir das respostas construídas coletivamente pela categoria a partir das profundas transformações societárias, torna-se necessário pensarmos a centralidade do estágio supervisionado no Serviço Social, principalmente através dos desafios postos ao exercício profissional na consolidação da práxis profissional, diante do velho e sempre atual dilema da relação teoria e realidade, sendo constantemente tema de debate nos fóruns e espaços de reflexão da categoria profissional.

O estágio supervisionado em Serviço Social toma visibilidade na categoria a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, adquirindo um novo estatuto na formação diante da necessidade da capacitação de um profissional que apreenda de forma crítica a realidade em que atua e a partir dela crie estratégias e alternativas de intervenção de forma crítica, propositiva e criativa nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Sendo necessário, conforme nos coloca Oliveira (2009, p. 103-104), com o velho paradigma em torno do estágio na formação profissional em Serviço Social.

Assim, pode-se afirmar que o desafio presente nesta forma de conceber o estágio supervisionado é romper com o paradigma de uma atividade direcionada majoritariamente para a informação teórica e a prestação de serviços por meio do exercício profissional. O estágio, além dessa prerrogativa, deve centrar-se no estudo dos elementos históricos e conceituais ministrados no curso de Serviço Social, aproximando-se de situações reais e experiências cotidianas, na tentativa de compreendê-las em suas múltiplas determinações e, dentro da realidade político-institucional, apresentar criativamente propostas de enfrentamento das expressões da questão social. (OLIVEIRA, 2009, p. 103-104).

Assim, o papel do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social passa a ser compreendido como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, com destaque para sua dimensão educativa, na busca pela efetivação da relação teórico-prático.

Nesta perspectiva, torna-se necessário recuperar a configuração da educação na formação sócio-histórica e cultural de produção e reprodução da sociedade capitalista. Esta contextualização é essencial para compreendermos a função social que a educação vai adquirindo na emancipação do homem ou na manutenção da ordem social. É no processo contraditório da luta de classes na vida social que a educação vai se configurando enquanto prática política, produto dessas relações que são engendradas no seio da sociedade.

A educação é um processo que tem como característica fundamental atingir uma dada finalidade. No contexto de uma sociedade, a educação pode ser um instrumento de manutenção ou transformação social, conforme os pressupostos, os conceitos que a fundamentam e direcionam sua trajetória. (OLIVEIRA, 2003, p. 44-45).

Partindo desse pressuposto, concordamos com Pimenta (1997, p. 84) no entendimento da “[...] educação como processo dialético de desenvolvimento do homem historicamente situado”.

A educação enquanto prática política, não pode ser desvinculada da filosofia, pois é essa que lhe dá a direção social a partir da visão de homem e de mundo dos sujeitos envolvidos neste processo.

Não é nem pode ser prática educacional que estabelece os seus fins. Quem o faz é a reflexão filosófica sobre a educação dentro de uma dada sociedade. As relações entre Educação e Filosofia parecem ser quase “naturais”. Enquanto a educação trabalha com o desenvolvimento dos jovens e novas gerações de uma sociedade, a filosofia é a reflexão sobre o que e como devem ser ou desenvolver estes jovens e esta sociedade. (LUCKESI, 1994, p. 31).

É a partir de determinada visão de homem e de mundo que os sujeitos históricos envolvidos na luta de classes, e dotados de consciência, procuram viabilizar os seus objetivos e projetos na sociedade, direcionando a hegemonia na sociedade.

Se a educação não pode ser vista desvinculada dos princípios filosóficos que lhe imprimem a sua dimensão política, ou seja, é compreendida como ação-reflexão do homem sobre o mundo procurando enfrentar os desafios postos na realidade aos atores sociais, então esta não pode ser tomada fora da centralidade do trabalho na sociedade.

[...] a filosofia da educação só será mesmo indispensável à formação do educador, se ela for encarada, tal como estamos propondo, como uma reflexão (radical, rigorosa e de conjunto) sobre os problemas que a realidade educacional apresenta. [...] O que leva o educador a filosofar são os problemas que ele encontra ao realizar a tarefa educativa. (SAVIANI, 1993, p. 37).

A educação é concebida como práxis social, que permite através de uma postura crítica frente à realidade social, a tomada de consciência dos sujeitos coletivos, contribuindo para o desvendamento das contradições presentes na dinâmica dessa sociedade, possibilitando o alargamento da luta de classes em direção à transformação social. Então ela não pode ser desvinculada do trabalho, pois somente através do e pelo

trabalho que o homem rompe a barreira da alienação e transforma si mesmo e a realidade em que está inserido.

O trabalho é a atividade ontológica do homem que permite a sua ação sobre o mundo mediatizado pela reflexão. “A concepção de homem fundamenta-se na relação de transformação que estabelece com a natureza, na perspectiva de que ele se faz humano pelo trabalho, pois é por meio dele que estabelece relações sociais, transformando a natureza e a si próprio”. (LEWGOY, 2009, p. 21).

O trabalho dessa forma perpassa a formação da educação enquanto atividade humana mediadora da transformação social na relação do homem com o mundo.

Assim, ao afirmar a educação como instrumento de reprodução da ordem social vigente ou de sua superação, o fazemos a partir de uma determinada visão de homem e de mundo, ou seja, a partir de determinados interesses. Dessa forma, acreditamos que a educação enquanto uma construção histórica do homem deve estar voltada para contribuição da consciência crítica, permitindo a formação de sujeitos capazes de transformar a realidade social.

Saviani (1995) ao falar da teoria da Pedagogia histórico-crítica deixa claro essa dimensão política na educação.

[...] na pedagogia histórico-crítica a questão educacional é sempre referida ao problema do desenvolvimento social e das classes. A vinculação entre interesses populares e educação é explícita. Os defensores da proposta desejam a transformação da sociedade. se este marco não está presente, não é da pedagogia histórico-crítica que se trata. (SAVIANI, 1995, p. 98).

A filosofia da educação tem por objetivo problematizar a realidade educacional e buscar a superação dos desafios apresentados na efetivação dos seus objetivos. Para isto é necessária uma visão crítica do processo educacional e da própria sociedade, procurando na contradição do sistema capitalista as formas efetivas de emancipação humana.

[...] a concepção pressuposta nesta visão da Pedagogia Histórico-Crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana. (SAVIANI, 1995, p. 102).

Após esta análise da dimensão política da educação, podemos afirmar que a educação deve permitir a formação de sujeitos capazes de ter uma ação crítico-reflexiva

e consciente sobre o mundo, viabilizando os interesses coletivos em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Educação e processo de hominização são a mesma coisa. Por isso, educação não é apenas conscientização. É consciência das determinações – inserção num processo histórico – e ação histórica, isto é, capacidade de se impor, de se autodeterminar. (GADOTTI, 1995, p. 24).

A didática enquanto ciência vem trazer uma importante contribuição para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem em consonância com os objetivos educativos explicitados, ao investigar as possibilidades de sua concretização e a forma como ela acontece no processo educativo.

[...] uma didática a serviço de uma pedagogia voltada para a formação de sujeitos pensantes e críticos deverá salientar em suas investigações as estratégias pelas quais os alunos aprendem a internalizar conceitos, competências e habilidades do pensar, modos de ação que se constituam em “instrumentalidades” para lidar praticamente com a realidade: resolver problemas, enfrentar dilemas, tomar decisões, formular estratégias de ação. (LIBÂNEO, 2006, p. 9-10).

Daí a importância de conhecer os princípios educativos e a forma como eles são articulados no processo de ensino-aprendizagem procurando a contribuição com o processo de conscientização do homem, tornando-os sujeitos críticos e pensantes, capazes de intervir de forma crítica sobre o mundo.

A Dimensão Educativa do Estágio Supervisionado em Serviço Social

O estágio supervisionado é componente curricular obrigatório, estando presente na formação profissional desde a fundação das primeiras escolas de Serviço Social na década de 1930. Entretanto, esteve sempre relegado ao segundo plano nos debates e no ensino em Serviço Social.

Esta realidade começa a mudar na contemporaneidade, onde o estágio está voltando ao eixo de discussões e de preocupação da categoria principalmente a partir das diretrizes curriculares (1996). O estágio deve propiciar um momento na formação

profissional de síntese da relação teórico-prático de compreensão da análise estrutural-conjuntural mediatizada⁴ pelas categorias de análise social.

É no estágio supervisionado que o estudante compreenderá com maior clareza o que é o Serviço Social, qual seu papel enquanto profissional e o da sua profissão dentro da sociedade capitalista moderna. Ou seja, é o locus privilegiado da construção da sua identidade profissional.

Partimos da premissa que o estágio supervisionado tem a característica de propiciar um momento fundamental na formação profissional a partir de uma práxis educativa, ao aproximar o estagiário com a realidade social no campo de estágio. Esta compreensão do estágio enquanto momento de relação teoria e prática deve-se ao fato de ser nesse espaço que o estudante de Serviço Social iniciará um exercício de interação do conhecimento apreendido na faculdade com a realidade social vivenciada no estágio. Ou seja, uma práxis que tem como objetivo a formação profissional do graduando de Serviço Social (por isso educativa).

Esta capacidade de aproximar do real para decifrá-lo, se constitui base ontológica da constituição da identidade do profissional que é referenciada durante o curso e fortalecida e ampliada no estágio através do compromisso e da responsabilidade.

Dessa forma, a construção da identidade profissional está vinculada à realidade social, ao processo histórico da sociedade e da luta de classes, ou seja, deve ser compreendida a partir do contexto histórico onde se insere e toma materialidade, através da relação do homem com o mundo. Como se observa na história do Serviço Social, foi a partir de condições sociais concretas que a profissão redirecionou o seu exercício, tendo como referência uma nova identidade profissional.

E se o estágio é o locus privilegiado de construção da referida identidade a partir da inserção do estagiário na realidade profissional com objetivo de proporcionar um espaço de reflexão e crítica frente à mesma. Então não podemos desconsiderar a sua dimensão educativa.

Este é concebido como uma situação-processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido é o locus apropriado onde o aluno desenvolve a sua aprendizagem prática, o seu papel profissional, a sua responsabilidade, o seu

⁴ A categoria da mediação é colocada por Pontes (1997, p. 81): “a mediação aparece neste complexo categorial como um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas relações moventes que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entres as estruturas sócio-históricas”.

compromisso, o espírito crítico, a consciência, a criatividade e demais atitudes e habilidades profissionais esperadas em sua formação. (BURIOLLA, 1995, p. 79).

Como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem que tem determinados objetivos na formação profissional, o estágio deve ser programado em conjunto com os sujeitos envolvidos nesse processo – assistente social supervisor de campo, estagiário e docente supervisor acadêmico.

O estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se ao desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente. (BURIOLLA, 1995, p. 13).

Pimenta (1997, p. 83) nos traz uma importante contribuição para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem.

A essência da atividade (prática) do professor é o ensino-aprendizagem. Ou seja, é o conhecimento técnico prático de garantir que a aprendizagem se realize como consequência da atividade de ensinar. Envolve, portanto, o conhecimento do objeto, o estabelecimento de finalidades e a intervenção no objeto para que a realidade (não-aprendizagem) seja transformada, enquanto realidade social. Ou seja, a aprendizagem (ou não-aprendizagem) precisa ser compreendida enquanto determinada em uma realidade histórico-social. (PIMENTA, 1997, p. 83).

Nesta concepção, o processo de ensino-aprendizagem é compreendido como objeto da didática enquanto ciência.

A didática é o principal ramo de estudos da pedagogia. Ela investiga os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e do ensino. A ela cabe converter objetivos sócio-políticos e pedagógicos em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelecer os vínculos entre ensino e aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades [...] dos alunos. (LIBÂNEO, 1991, p. 25-26).

Assim a didática enquanto ciência investiga as possibilidades e as diferentes formas de efetivar o processo de ensino-aprendizagem em consonância com os princípios educativos.

A didática, por sua vez, é uma das áreas da Pedagogia, ciência da Educação. A educação é prática social que ocorre nas diversas instâncias da sociedade. Seu objetivo é a humanização dos homens, insto é, fazer dos seres humanos participantes dos frutos e da construção da civilização, dos processos da civilização, resultado do trabalho dos homens. (PIMENTA, 1997, p. 83-84).

A formação profissional deve capacitar quadros de assistentes sociais capazes de imprimir mudanças significativas nos seus espaços de trabalho, contribuindo para a “humanização dos homens” em uma sociedade que avilta o ser, permitindo o acesso aos seus direitos e instrumentalizando-os na luta pela cidadania e pela democracia de fato. Nesse mesmo movimento, fortalecendo o sujeito coletivo na busca pela emancipação humana, o que supõe uma nova forma de viver em sociedade.

Dessa forma, o estágio supervisionado tem um papel importante rumo à consolidação dessa identidade através da inserção do estagiário no espaço sócio-institucional do assistente social, propiciando momentos significativos de aprendizagem possibilitando o exercício da mediação teórico-prática.

Enquanto atividade pedagógica, o supervisor deve ter clareza da dimensão educativa do estágio, articulando estratégias que avancem na formação crítico-propositiva do estudante.

É evidente a significância do procedimento metodológico no processo da supervisão. [...] a estratégia vem a ser o meio através do qual o supervisor e o supervisionado vão adquirindo a capacidade de reconhecer, compreender uma dada realidade, planejar uma ação, exercitar suas habilidades, aplicando determinados procedimentos e instrumentos adequados a cada momento histórico do processo ensino-aprendizagem, do processo da sociedade, repensados a partir das novas justificativas pessoais e sociais que direcionam o pensar e o fazer do Serviço Social. nesta medida, a estratégia de ação na supervisão deve ser cuidadosamente estudada e avaliada constantemente no próprio processo. (BURIOLLA, 1995, p. 102).

O estágio como processo didático-pedagógico deve ter como objetivo uma formação não somente no nível profissional, mas também humano, imprimindo-lhe valores éticos e uma visão diferenciada de homem e de mundo que permita compreender criticamente o movimento da sociedade e das lutas políticas gestadas nos diferentes espaços e se apropriar desses embates, procurando contribuir para o fortalecimento de sujeitos coletivos, pensantes e comprometidos com os objetivos da categoria.

Cabe-lhe como ajudar os alunos [estagiários] a se constituírem como sujeitos pensantes e críticos, capazes de pensar e lidar com conceitos, argumentar, resolver problemas, diante de dilemas e problemas da vida prática. A razão pedagógica está também associada, inerentemente a um valor intrínseco, que é a formação humana, visando a ajudar os outros a se educarem, a serem pessoas dignas, justas, cultas, aptas a participar ativa e criticamente na vida social, política, profissional e cultural. (LIBÂNEO, 2006, p.8).

As Diretrizes Curriculares, também trazem à tona, a dimensão educativa do estágio supervisionado: “[...] é uma atividade educativa obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática” (ABEPSS, 2002, p. 3).

O estágio possui um caráter pedagógico, daí a importância de uma seleção das ações consideradas prioritárias no processo da supervisão para a construção da identidade profissional, onde o estudante seja levado a refletir sobre a sua prática dentro da instituição e de uma totalidade maior, levando isto para o movimento do real.

Destacamos como avanço na efetivação do estágio supervisionado, a construção e consolidação do estágio supervisionado enquanto processo educativo central na formação profissional está na construção da Política Nacional de Estágio (PNE), através da articulação da categoria profissional através dos seus órgãos representativos, tendo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, sua protagonista. A PNE representa um avanço político significativo para a profissão na defesa da qualidade da formação profissional e principalmente do Estágio supervisionado construindo princípios, diretrizes para a realização do estágio, construindo um novo paradigma para sua efetivação, através da definição dos compromissos e responsabilidades de cada sujeito integrantes no processo de supervisão.

Com isto, o papel de cada sujeito fica mais claro e qualificado, a supervisão de campo e acadêmica passa a ser melhor compreendida e maior apropriada pela categoria profissional, contribuindo para que os profissionais e os sujeitos coletivos assumam sua defesa e sua efetivação a partir dos princípios ético-políticos, construindo condições objetivas para sua realização tanto no campo de estágio quanto nas UFA's. A partir da sua efetivação, a categoria profissional volta-se a centralidade do debate em torno da supervisão de campo e acadêmica, procurando fortalecê-la frente a precarização das relações de trabalho e o desmonte das políticas públicas, em particular seus rebatimentos na educação superior.

A construção coletiva dessa Política Nacional de Estágio está em consonância com a defesa, no contexto atual, de um projeto de formação profissional comprometido com a qualidade e a direção social crítica e emancipatória. Neste processo, cresce a necessidade de articulação das entidades representativas da categoria em torno da defesa do estágio, que se intensificou, na conjuntura recente, devido a diversos fatores. Um deles é a ampliação do EAD e suas implicações na qualidade da formação profissional do assistente social, notadamente no descumprimento ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, com destaque para a não realização da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo e problemas relacionados à carga horária prevista para essa atividade. (RAMOS, 2009, p. 27).

A realização da supervisão acadêmica e de campo em consonância com que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares e a PNE ainda se constitui um grande desafio profissional. Mas percebemos que a categoria tem avançado na sua defesa, entre elas destacamos a aprovação da Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, que garante a supervisão direta de estágio em Serviço Social, sua importância se destaca principalmente diante do avanço do ensino a distância em Serviço Social.

Entre os desafios postos para a efetivação do estágio supervisionado na perspectiva elucidada está na quantidade de estagiário por supervisor, que apesar de vir em defesa da qualidade da supervisão, diante dos números crescentes de estagiários, principalmente com o avanço do ensino à distância, torna-se um desafio para as UFA's, está em conseguir campo de estágio de qualidade e em consonância com a legislação específica do estágio. Também percebemos que outro desafio apresentado, está na compreensão e efetivação do estágio não-obrigatório e obrigatório, procurando garantir o mesmo nível de qualidade para ambas as modalidades.

Assim como ressalta o próprio documento da PNE, a materialização do estágio supervisionado “[...] deve ocorrer em consonância como os princípios ético-políticos, explicitados no Código de Ética dos assistentes sociais de 1993, que se constituem como os valores norteadores do projeto profissional do Serviço Social brasileiro” (CFESS, 2010, p. 12).

É importante destacar, que a Política Nacional de Estágio coloca algumas estratégias fundamentais para a efetivação do estágio supervisionado, e que tem se configurado como desafios para a formação profissional em Serviço Social, entre elas, a realização dos fóruns de supervisores, procurando qualificar os profissionais, articular politicamente a categoria e produzir conhecimento na área da formação e do estágio

supervisionado. A articulação entre o estágio supervisionado, a pesquisa e a extensão, procurando uma maior integração desses componentes curriculares, e uma maior articulação da relação da práxis profissional através do processo educativo. A realização do Estágio em extensão universitária, fortalecendo a aproximação do estagiário com a realidade social.

Ainda para a operacionalização do estágio, o documento tem preconizado a realização do plano de estágio, que deverá ser realizado entre os estagiários, supervisores acadêmicos e de campo, onde os objetivos deverá estar claramente explicitados e as atividades em consonância com as atribuições e competências profissionais, não permitindo que o estagiário seja utilizado como mão-de-obra barata, sendo desviado das suas funções para outras que não competem ao exercício profissional do profissional supervisor.

Consolidando os avanços e acúmulos da categoria profissional através dos debates e fóruns da categoria, a PNE elucida as atribuições de cada sujeito integrante do processo de supervisão, reforçando o papel da coordenação de estágio na defesa da sua qualidade em cada unidade de ensino.

Toda essas propostas e diretrizes para a realização do estágio supervisionado em Serviço Social, está ancorada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na articulação dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da formação profissional, na articulação da formação acadêmica e de campo, procurando também maior aproximação do campo de estágio com as UFA's, e ao mesmo, tempo fortalecendo e resgatando a função social da universidade com a sociedade, contribuindo para que esta produza conhecimento socialmente útil para o seu desenvolvimento e democratizando o acesso ao saber que deverá dar uma resposta frente aos desafios presente.

Considerações Finais:

Uma profissão de caráter interventivo como o Serviço Social deve estar sempre atenta às mudanças da sociedade capitalista, ao processo de reestruturação do capital e racionalização do trabalho, fruto da acumulação capitalista e da divisão de classe. É a partir da articulação entre o conhecimento teórico-metodológico e o exercício profissional que o assistente social criará formas efetivas de intervenção que vá de

encontro com os objetivos profissionais e do projeto societário da classe trabalhadora. O estágio supervisionado é o início desse processo de apreensão das particularidades da realidade social a partir do concreto - fazer profissional, mediatizado pelo conhecimento científico. Desta forma, se configura como uma práxis educativa, mediatizada por um referencial teórico crítico capaz de desmistificar a realidade social para além das aparências.

Percebemos que a realidade social apresenta diversos desafios para a formação profissional em Serviço Social e do estágio enquanto parte integrante e indissociável desta. Vivenciamos um momento histórico, onde presencia-se o agravamento da questão social, a precarização das relações de trabalho, a insegurança pública, o aumento da violência e das formas de exclusão social. A perda da identidade dos sujeitos sociais, o desmonte do Estado, a desregulação da esfera pública, a pulverização, fragmentação, e a perda dos direitos sociais garantidos anteriormente. A classe trabalhadora tem sofrido perdas das conquistas históricas diante do avanço do neoliberalismo, que tem particularmente, trazido diversos rebatimentos a política de educação, que se encontra cada vez mais sucateada, precarizada e mercantilizada. Novas modalidades de ensinos surgem apresentando desafios para a efetivação da formação profissional de qualidade.

Percebemos que o Serviço Social tem procurado criar contra propostas frente a esta conjuntura desfavorável, em defesa da formação e do exercício profissional através do seu compromisso com o projeto ético-político profissional, entre elas destacamos a mobilização da categoria profissional em tempos de fragilização das relações sociais, onde os profissionais tem avançado na defesa e na luta por uma sociabilidade justa e igualitária. Entre as estratégias que os profissionais tem se articulado, observa-se a constante articulação através dos seus órgãos representativos, a participação nos diferentes espaços de discussão e reflexão (fóruns, congressos) e demais eventos promovidos pela categoria.

A construção coletiva das Diretrizes Curriculares, das resoluções do conjunto CFESS/CRESS, e mais recentemente da PNE tem dado visibilidade a luta política da profissão, ao mesmo tempo apresentando estratégias de resistência e defesa frente a ofensiva do capital.

Referências:

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves de. **Pensar e repensar a formação profissional**: a experiência do curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Franca. 2007. 197f. Tese (Livre-docência)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em Serviço Social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Educação como prática de liberdade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.14, n. 2, p. 3-11, 2000.

_____. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no Serviço Social**. in: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília (DF): CFESS/ABEPSS, 2009. 760p.

_____. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social**: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 5-24, set./dez. 2006.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. “Notas sobre mediações: alguns elementos para a sistematização de reflexão sobre o tema.” **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo. n. 43, p.136-141, 1993.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo 1. Brasília (DF): CEAD, 1999.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 80, p. 59-81, nov. 2004.

_____. Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social: Elementos para Reflexão. **Temporalis**, Brasília, ano 9, n. 17, p. 99-110, 2009.

_____. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. 178f. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

PEREIRA, A. P. Potyara. A utilidade da pesquisa para o Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 4, n. 4, p. 1-158, Maio. 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. “O estágio na formação de professores: unidade entre a teoria e a prática?” **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 94, p. 58-77, 1997.

PINTO, Rosa Maria Ferreira. “**Estágio e supervisão**: um desafio teórico-prático do serviço social”. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade. São Paulo, 1997.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1997.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. As Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio: Fundamentos, Polêmicas e Desafios. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 9, n. 17, p. 99-110, 2009.

CFESS. RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008 que Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília (DF), 2008.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; ABREU, Maria Helena Elpídio. Desafios do estágio supervisionado na atualidade. In: PEREIRA, Larissa, Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Percorrendo caminhos na educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 273-290, 2002.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **A formação profissional do assistente social**: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão. São Paulo: Cortez, 1995.